



Revista EaD &

tecnologias digitais na educação

O material didático digital para EAD: alguns apontamentos

Ednei Nunes de Oliveira (UFRB)

edneioliveira@ufrb.edu.br

Marco Antônio Rodrigues Paulo (UFGD)

marcopaulo@ufgd.edu.br

Resumo: A capacidade de produzir bons textos tem sido um dos grandes desafios não só de estudantes da educação básica, como também de profissionais já graduados. A dificuldade tem sido comum desde a escolha de palavras adequadas até à discussão das concepções e ideias que estão ligas ao tema ou assunto. Neste texto, fazemos reflexões sobre um determinado gênero textual vinculado ao processo educacional: o Material Didático Digital. O trabalho, entretanto, está delimitado às produções didáticas que vinham sendo desenvolvidas na Faculdade de Educação a Distância, da Universidade Federal da Grande Dourados, no período de implantação de seus primeiros cursos, no início da década de 2010.

Palavras-chave: Produção de texto. Material Didático. Educação a Distância.

Abstract: *The ability to produce good texts has been one of the greatest challenges not only for basic education students, but also for professionals who have already graduated. The difficulty has been common, from choosing appropriate words to discussing the concepts and ideas that are linked to the theme or subject. In this text, we reflect on a certain textual genre linked to the educational process: Digital Teaching Material. The work, however, is limited to the didactic productions that were being developed at the Faculty of Distance Education, of the Federal University of Grande Dourados, during the implementation period of its first courses, at the beginning of the 2010s.*

Keywords: *Text production. Courseware. Distance Education.*

1. Introdução

Este artigo traz reflexões sobre a construção do Material Didático Digital (MDD) para a Educação a Distância da Universidade Federal da Grande Dourados (EaD/UFGD), apresentando elementos sobre as práticas adotadas no processo de produção do MDD.

O conceito de autoria, construído no século XVIII, segundo Woodmansee (1984), apresenta o autor como o responsável intelectual pelo que escreve e, dessa forma, também como detentor dos direitos legais de propriedade daquilo que produziu.

Geralmente, todo livro tem um público-alvo específico, e sua classificação pode ser feita, levando-se em consideração idade, sexo, profissão, classe social, dentre outros. Quanto aos escritores, para Schopenhauer (2009, p. 55), há dois tipos deles, aqueles que escrevem porque refletiram sobre determinado assunto, ou porque realizaram alguma experiência que gostariam de comunicar, e aqueles que escrevem porque são contratados para tratar de determinada temática ou assunto. Nesse segundo tipo, escreve-se porque há uma relação contratual em que o autor visa à remuneração. Independentemente de abordagens posteriores feitas por Schopenhauer sobre a distinção dos tipos de escritor, com base no que ele afirma, conclui-se que o professor conteudista enquadra-se nessa segunda tipologia.

Em vários cursos, tanto presencial como a distância, os livros didáticos são a principal, senão a única, fonte de informação para a construção do conhecimento, tornando-se um recurso básico não só para o estudante como também para o professor. Diante disso, pode-se inferir que o conteúdo a ser trabalhado em um curso não deve ser produzido por qualquer profissional. Tanto que a atenção com o perfil e/ou a qualificação desse profissional foi disposta na Resolução FNDE/CD 26, artigo 9º, anexo IV, abordando a necessidade de ele ter a experiência no magistério superior ou a vinculação em programa de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado ou doutorado).

Vê-se, pelo disposto nessa Resolução, que, inicialmente, atribui-se maior valor à experiência profissional do conteudista do que a sua qualificação. Deduz-se que o MEC entende que a experiência profissional no magistério superior possibilita, ao conteudista, maior compreensão do que é e como deve ser produzido um material didático. Concorda-se que o docente que já fez uso de livro ou de material didático em prática de ensino tem maior compreensão de sua importância e de sua estrutura, entretanto, entende-se que apenas essa experiência não é suficiente para considerá-lo melhor habilitado a desenvolver as atribuições de conteudista do que outro que possui ou está cursando mestrado ou doutorado.

A EaD/UFGD entendeu dessa forma, desde o início de sua implantação. Como os profissionais que produzem o material didático a ser utilizado nos cursos a distância devem ser contratados por meio de processo seletivo público, na seleção dos conteudistas, a EaD/UFGD sempre exigiu que o candidato, além da experiência no magistério superior, no mínimo, fosse aluno regular de um curso de pós-graduação *stricto sensu*. No entanto, quando não havia inscrição de profissional com a formação mínima exigida, o setor da EaD exigia o mínimo disposto no inciso IV, do artigo 9º, da Resolução CD/FNDE nº 26/2009.

2. A relação contratual entre o conteudista e a IES

Desde sua implantação, a Diretoria de Educação a Distância da Universidade Federal da Grande Dourados tem atentado para a necessidade de qualificação/capacitação de profissionais que produziram o material didático digital que seria utilizado em seus cursos de graduação, pós-graduação, extensão e formação continuada. Diante disso, conforme Rocha & Oliveira (2013), a UFGD tem promovido cursos de formação continuada visando a que os professores e os profissionais que trabalham na EaD, ampliem e fortaleçam seus conhecimentos, discursos e competências para realizar o ensino do seu conteúdo de forma autônoma, ou seja, que seja o próprio professor a editar sua aula, a selecionar seu conteúdo, a elaborar as atividades avaliativas e a mediar toda a proposta a partir do planejado e elaborado.

Após serem capacitados, esses profissionais são contratados temporariamente para desenvolverem atividades de ensino e pesquisa em IES vinculadas à Universidade Aberta do Brasil (UAB). A remuneração desses profissionais é feita mediante o pagamento de bolsa, conforme artigo 9º, da Resolução 26/2009/CD/FNDE/MEC, com redação dada pela Resolução 8/2010/CD/FNDE/MEC. Esse artigo dispõe, entre outras informações, que o professor pesquisador conteudista será designado ou indicado pelas IPES vinculadas ao Sistema UAB, que atuará nas atividades de elaboração de material didático, de desenvolvimento de projetos e de pesquisa, relacionadas aos cursos e aos programas implantados no âmbito do Sistema.

As atribuições do professor pesquisador conteudista não estão dispostas nessa Resolução. Quando tais atribuições são buscadas no portal da UAB/CAPES, a pesquisa é direcionada para uma página que apresenta as atribuições de professor pesquisador, em que estão acumuladas atribuições de professor pesquisador formador (responsável por atividades de ensino) e de conteudista (responsável por atividades de produção de MDD). A CAPES realiza o cadastramento desses profissionais em Ficha de Cadastro / Termo de Compromisso do Bolsista, que traz as atribuições tanto de pesquisador formador como de pesquisador conteudista (BRASIL, 2014).

Em consulta informal, ao se questionar um funcionário da UAB, responsável pelo cadastramento de bolsistas do Sistema, este informou que o cadastramento, generalizando as atribuições do bolsista, é feito por questões técnicas e orçamentárias, sem se preocupar com a distinção entre os bolsistas, mas com o valor percebido referente a cada tipo de bolsa.

Essa disposição genérica das atribuições do bolsista também é feita no termo de compromisso do tutor. Assim, ainda que o professor pesquisador conteudista e o professor pesquisador formador preencham e assinem a mesma Ficha de Cadastro / Termo de Compromisso do Bolsista, junto à Capes, a EaD/UFGD preferiu elaborar um termo de compromisso próprio, discriminando as atribuições específicas de cada bolsista. Dessa forma, ela pode fazer o acompanhamento verificando se as atribuições dispostas nesse termo de compromisso estão sendo cumpridas satisfatoriamente.

Segundo Oliveira (2014), quando a EaD/UFGD iniciou suas atividades, buscou a distinção entre o perfil desses dois profissionais, como também dos demais que estariam envolvidos em atividades de ensino e aprendizagem na modalidade. O pesquisador informou que, no setor da EaD/UFGD, houve profissionais que desenvolviam apenas a atividade de conteudista como também aqueles que acumulavam essas atribuições com as de professor formador. Entretanto, observa-se que a previsão do desenvolvi-

mento das duas atividades cria uma lacuna temporal entre a finalização do MDD da disciplina, o início da aula e a utilização desse material pelos estudantes, uma vez que a produção ocorre em ano anterior à sua utilização.

Atualmente, a contratação de conteudistas para elaboração do texto didático de disciplinas não é tão incentivada pela UAB, como era feita no início dos cursos à distância no país, uma vez que a Capes entende que o material didático produzido e disponibilizado no Sistema UAB é suficiente para atender às necessidades dos cursos que são criados. No entanto, pelo que se observa, havendo justificativa consistente que convença os gestores do Sistema UAB, o financiamento da produção de MDD de alguns cursos ainda pode ocorrer.

3. Quanto se produz?

Na seção anterior, viu-se que o material didático é, em algumas ocasiões, o único recurso que professores e estudantes podem fazer uso no processo de ensino-aprendizagem. Mesmo assim, ele não deve ser visto como algo estanque, ou seja, suficiente para a formação do estudante em determinado curso. Entretanto, se é dessa forma que o livro didático tem sido visto no ensino básico, não é da mesma maneira que deve ser encarado em cursos de graduação e de pós-graduação a distância.

Embora esse não seja o local mais indicado para discutir essa temática, em virtude da falta de espaço e de sua complexidade, comparando-se o material didático da EaD com livro didático, deve-se afirmar que boa parte do material produzido para utilização na EaD está longe de ser o mais completo e adequado. Isso porque, enquanto um livro didático deve apresentar todo conteúdo a ser apreendido por um estudante do ensino básico, em determinada disciplina, a maioria dos textos produzidos para os estudantes da EaD não se propõe a esgotar o assunto da disciplina. Inclusive, os conteudistas, quase sempre, indicam leituras adicionais para que o estudante amplie a informação trazida em suas produções.

Exigir que um conteudista aborde todo o conteúdo que pode ser trabalhado em uma disciplina é algo desproporcional. Exemplo disso foi observado quando a EaD propôs a organização do conteúdo programático de uma das disciplinas do curso de Licenciatura em Física. O material didático deveria ser organizado e distribuído em quatro unidades. No entanto, como se tratava de uma das disciplinas mais complexas do curso, observou-se que todo seu conteúdo programático deveria ser trabalhado em quatro disciplinas, em vez de quatro unidades. Observa-se que a situação do tratamento de todo conteúdo programático de uma disciplina não é exclusividade de cursos que funcionam na modalidade a distância, mas também na presencial.

A EaD/UFGD, ciente da existência dessa complexidade, passou a solicitar que seus conteudistas selecionassem parte do conteúdo programático a ser abordado no texto didático contratado, e indicasse a bibliografia das leituras básicas e complementares que o estudante deveria ler para fortalecer e completar sua formação na disciplina.

4. A gestão da produção de MDD na EaD/UFGD

Com o crescimento da EaD/UFGD, surgiu a preocupação de criar uma estrutura que desse conta de gerir o processo de produção do MDD na IES. Foi então criada a

equipe de gestão da produção do MDD. Como não havia, em Dourados, profissionais que atuavam na gestão da produção e revisão de textos didáticos, a EaD/UFGD estruturou a equipe com profissionais que possuíam experiência na gestão da produção e revisão de textos acadêmicos.

Ciente da distinção entre um texto acadêmico e um texto didático, o primeiro desafio dessa equipe foi o de fortalecer e embasar o conhecimento sobre essa distinção para que pudesse capacitar os futuros conteudistas. Cabe ressaltar que o processo de produção do material didático para os cursos a distância se realiza por uma equipe; não se constituiu, portanto, em um trabalho intelectual solitário. Esse processo envolve a participação direta de diversos profissionais como revisores, diagramadores e designers instrucionais, profissionais que ajudam na mediação do conteúdo entre o professor conteudista e a equipe de diagramação (ROCHA, 2013).

Com a equipe de gestão da produção estruturada e preparada para desenvolver as atividades junto aos conteudistas, após a seleção desses profissionais, eles eram encaminhados a essa equipe para que fossem capacitados e orientados à produção do MDD da EaD.

Nos cursos de formação ministrados pela equipe de gestão do MDD, são trabalhadas as diferenças entre o estilo de linguagem do texto acadêmico ou científico e do didático, uma vez que neste a linguagem deve ser dialógica, em que o estudante possa "ouvir" a voz do professor enquanto lê o texto. Durante esses cursos de capacitação, no entanto, não houve unanimidade sobre o estilo que deveria ser utilizado, uma vez que os "futuros" conteudistas conheciam bem o estilo coloquial utilizado em alguns livros didáticos da educação básica e o estilo extremamente formal de teses e artigos científicos. Entretanto, nesses cursos, a equipe da gestão do material didático preocupou-se em estabelecer que deveria ser preservado o padrão da norma culta da língua, contudo buscando-se a elaboração de textos em que o diálogo entre o professor e o estudante fosse estabelecido.

Resolvida a questão da linguagem, foi dada autonomia para que o professor conteudista elaborasse o texto atribuindo sentidos ao conteúdo programático da disciplina. Porém, ficou estabelecido que, além de elaborar o texto didático, o professor deveria selecionar outros elementos que constituíssem o material didático da disciplina, tais como vídeos, imagens, textos disponíveis na Internet, e elaborar atividades avaliativas e exercícios de fixação, uma vez que boa parte dos estudantes teria esse material como única fonte de pesquisa e de construção do conhecimento no processo de aprendizagem. Nesse sentido, os conteudistas eram orientados a abordar e selecionar material, fazendo a contextualização da realidade local e regional, para que servisse de estímulo à leitura dos estudantes sem, contudo, tornar sua formação precária.

Com relação à quantidade de páginas que uma unidade com média de dez dias de duração deveria ter, a EaD/UFGD não estabelecia um limite, mas indicava que esse texto didático deveria ter entre quinze e trinta páginas por unidade. Observou-se que todos os textos recebidos pela IES ficaram dentro dessa margem.

Após a escrita, o texto era encaminhado, pelos conteudistas, diretamente aos integrantes da equipe de gestão, responsáveis pela revisão e pelo desenho educacional do texto, que o analisava e buscava sua adequação a uma linguagem dialógica, a fim de torná-lo mais pedagógico sem, entretanto, interferir em seu estilo ou em sua maneira de se expressar como professor ou como escritor.

5. Considerações finais

A Educação a Distância exige um processo de interlocução permanente entre os sujeitos sociais (professores/tutores/alunos) que nela atuam. Portanto, apesar da distância, não pode deixar de existir o diálogo permanente entre esses sujeitos. Para Neder (2003), o material didático é um instrumento essencial nesse diálogo. Por isso, deve ser pensado e concebido no interior de um projeto pedagógico e de uma proposta curricular bem definida, devendo manter nexos com os pressupostos pedagógicos e com o próprio currículo.

Quando se faz alusão ao material didático, está-se referindo a uma vasta diversidade de meios tecnológicos que podem ser utilizados no ato de ensinar, tendo como objetivo a aprendizagem do estudante. Nesse sentido, fica evidente o papel decisivo que o material didático tem na educação a distância. É importante salientar que a produção do material didático para a educação a distância tem características distintas da produção didática para a educação presencial.

Inicialmente, em cursos presenciais, o professor geralmente utiliza material escrito por outros autores que, muitas vezes, não conhecem o contexto no qual os estudantes que farão uso desse material estão inseridos. Aqui, o que se destaca da produção é que o texto didático é o resultado do trabalho árduo de um especialista de determinada área do conhecimento. O professor, quando se utiliza do material produzido por outro especialista, acaba se colocando como mediador entre o autor do texto utilizado e o estudante.

Na produção do material didático para a educação a distância, o conteudista tem acesso não apenas ao conteúdo da disciplina e ao projeto pedagógico do curso, mas também ao contexto no qual está inserido o público-alvo, antes de pensar as estratégias didático-pedagógicas que serão utilizadas pelo professor. Entretanto, pelo fato de serem a distância, ajustes no conteúdo e nas práticas pedagógicas, durante o processo de ensino, são observados e concretizados de forma mais gradual.

Já, na educação presencial, como o professor pode interagir diretamente com seus alunos, ao perceber a necessidade de fazer ajustes no material didático utilizado, rapidamente pode proceder às alterações necessárias. Portanto, essa resposta no processo de ensino-aprendizagem é imediata. Na educação à distância, o retorno não acontece de forma imediata, essencialmente porque as mediações não ocorrem apenas por meio de ferramentas interativas síncronas.

Com isso, para Andrade (2003, p. -138), o principal desafio da educação à distância é produzir um material didático capaz de proporcionar a interatividade do processo ensino-aprendizagem, possibilitando que o professor passe a exercer o papel de condutor no processo de construção do conhecimento. Para esse autor, o material didático deve apresentar uma linguagem dialógica que, na ausência do professor, possa garantir certo tom coloquial, reproduzindo mesmo, em alguns casos, uma conversa entre professor e aluno, tornando sua leitura leve e motivadora.

Nesse sentido, de acordo com Neder & Possari (2001), o material didático deve: promover o diálogo permanente entre o professor e o estudante, assim, deve ser elaborado, na perspectiva de constituir um diálogo permanente com o estudante; orientar o estudante nas atividades de leituras, pesquisas e trabalhos que demandem interação com colegas, professores e tutores; motivar a aprendizagem e ampliar os conhecimentos do aluno sobre os temas trabalhados; possibilitar a compreensão crítica dos conteúdos.

dos, de modo que o aluno reflita sobre o que está aprendendo; possibilitar a avaliação da aprendizagem, através do acompanhamento permanente do processo, por meio de atividades e exercícios de autoavaliação.

Já, na visão de Aretio (1994), de forma mais ampliada, o material didático deve:

(...) motivar, informar, esclarecer e adaptar o ensino aos níveis de cada um, dialogar, relacionar as experiências do sujeito com o ensino, programar o trabalho individual e em equipe e instigar a intuição, a atividade, assim como a criatividade do aluno, aplicando os conhecimentos às situações do contexto em que ele está inserido (ARETIO, 1994, p. 177).

Contudo, é importante salientar que a forma como o material confeccionado para determinado curso, na modalidade a distância, é utilizada em seu fluxo, está vinculada à relação entre seus principais atores: tutor, professor e seus alunos. Portanto, na organização do curso, devem ser consideradas a qualidade e a frequência das interações pedagógicas como também o lugar do aluno; se como sujeito passivo ou construtor do seu próprio conhecimento.

Assim, segundo Litwin (2001), a proposta pedagógica deve oferecer ao aluno a oportunidade de se converter em protagonista do processo de aprendizagem. Se essa é a expectativa em um curso a distância, o material didático deve ser construído com a finalidade de possibilitar ao aprendente autonomia. Dessa forma, este deve se sentir acompanhado pela voz do autor durante sua caminhada na construção do conhecimento. Assim, o material produzido deve permitir a construção de um conhecimento elaborado que possibilite a reflexão do aluno pelo diálogo com o texto, preferencialmente, fazendo-se uso de recursos e de meios que amparem o processo de aprendizagem crítica do estudante.

Por fim, vale dizer que, no ambiente virtual de aprendizagem, o material didático ganha novas possibilidades. Além da parte textual, podem ser acrescentados vídeos, sons e imagens. Portanto, nesse ambiente, ocorre o acesso a hipertextos e hiperlinks que apresentam uma nova dinâmica no processo de assimilação do conteúdo proposto.

Assim, o professor define os conteúdos educacionais, porém os alunos têm maior espaço para explorarem de forma colaborativa esses temas a partir das atividades propostas no AVA. Um material didático pensado dessa forma permite um processo de aprendizagem colaborativa, no qual são fundamentais as interações entre os próprios estudantes, entre os professores e os estudantes e a colaboração na aprendizagem que resulta de tais interações (PALLOFF e PRATT, 2002), estruturando a ação cognitiva que advém entre a informação e o conhecimento.

Referências

ANDRADE, Adja Ferreira de. Construindo um ambiente de aprendizagem a distância inspirado na concepção sociointeracionista de Vygotsky. In: SILVA, Marco (Org.). Educação *online*. São Paulo: Loyola, 2003. p. 255-270.

ARETIO, Lorenzo Garcia. Educación a distância hoy. Madri: Universidad Nacional de Educación a Distância (UNED), 1994.

BRASIL. CAPES. Formulário de cadastramento de bolsistas da Universidade Aberta do Brasil. 2014.

BRASIL. Resolução/CD/FNDE Nº 8, de 30 de abril de 2010. Altera os incisos 1 a V do art. 9º, o § 1º do art. 10 e o item 2.4 do Anexo 1 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 5 de junho de 2009. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/3390-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-8-de-30-de-abril-de-2010>>. Acesso em: 23 mar. 2014, 14:23:40.

LITWIN, Edith. Educação a distância: temas para o debate de uma nova agenda educativa. Porto Alegre: Artmed, 2001.

NEDER L. Curso de Extensão em Elaboração de Material Didático Impresso. Fortaleza/CE: Universidade Estadual do Ceará, 2003. Disponível em: <<http://www.necad.uece.br/tudoaler/noticias/noticia4.htm>>. Acesso em: 23 mar. 2014, 16:45:00.

NEDER, Maria Lucia Cavalli e POSSARI, Lucia Helena V. Oficina para produção de material impresso. In: MARTINS, Onilza Borges (Org.). Curso de formação em educação a distância: Educação e comunicação em educação a distância. Módulo 3. Curitiba: UNIREDE, 2001. p. 139-189.

OLIVEIRA, Ednei Nunes de. A docência na Educação a Distância da UFGD. Revista EaD e Tecnologias Digitais na Educação, Dourados-MS, v. 1, n. 2, Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/ead/article/view/3256/1769>>. Acesso em: 23 mar. 2014, 19:28:13.

PALLOFF, Rena M.; PRATT, Keith. Construindo comunidades de aprendizagem no ciberespaço. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ROCHA, Elizabeth Matos. A produção de material didático para a Educação a Distância e os impactos na formação docente: entre práticas e reflexões. Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 4, n. 2, p.319-341, jul/dez. 2013.

ROCHA, Elizabeth M. & OLIVEIRA, Ednei N. de. A Implantação da Educação a Distância na UFGD e a Formação Continuada dos Profissionais para Atuar na Modalidade Educacional. Revista EaD e Tecnologias Digitais na Educação, Dourados-MS, v. 1, n. 1, Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/ead/article/viewFile/2650/1502>>. Acesso em: 23 mar. 2014, 20:20:37.

SCHOPENHAUER, Arthur (1788-1860). A arte de escrever. Tradução, organização, prefácio e notas de Pedro Sússekind. Porto Alegre: L&PM, 2009.

WOODMANSEE, Martha. The genius and the copyright: economic and legal conditions of the emergence of the 'author'. Eighteenth Century Studies, v. 17, n. 4, p. 425-448, 1984. Disponível em: <<http://www.compilerpress.ca/Competitiveness/Anno/Anno>>